

10 NOV 1987

(ANC)

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA

GOVERNADORES

GAZETA MERCANTIL

Afirmações reticentes após a reunião

por Jorge Freitas do Rio

Os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul defendem o presidencialismo como sistema de governo, mas consideram que a duração do mandato do presidente José Sarney deve ser definida pela Assembleia Nacional Constituinte. Na reunião que os cinco realizaram, das 21 horas de domingo à 1,10 hora de segunda-feira, no Palácio das Laranjeiras, segundo informou ontem o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, os governadores começaram a montar uma análise comum da conjuntura política do País e decidiram preservar a Constituinte.

"Vivemos uma conjuntura extremamente delicada, com dificuldades econômicas e políticas que devem ser enfrentadas na Assembleia Nacional Constituinte, o único cenário capaz de dar forma legal às soluções políticas que estamos encontrando", disse.

Segundo Franco, a ausência do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, no encontro não deve ser avaliada como uma dissidência.

Ele disse que, na tarde de ontem, Cardoso tomou a iniciativa de chamá-lo ao telefone e que sua assessoria está tentando um contato com o governador do Ceará, Tasso Jereissati. Moreira pediu aos jornalistas para afastar da reunião a idéia de que ela tenha resultado de alguma orques-

tração. "Não houve prede-terminação, porque a mesa é generosa e já agasalhou governadores de outros estados", afirmou.

O sigilo que envolveu a reunião, contudo, determinou que o próprio presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, fosse surpreendido por sua realização. Quando os governadores desenvolviam o encontro, Ulysses Guimarães telefonou a Moreira para informar-se do que acontecia e observar que a questão do mandato do presidente José Sarney estava com a data de votação marcada para terça-feira da próxima semana.

O governador do Rio disse que vem conversando pelo telefone com outros governadores. Segundo ele, o contato frequente foi que permitiu a articulação em torno do texto de reforma

Quércia diz que o PMDB terá candidato próprio

tributária aprovado — para ele, a "alforria da federação".

QUÉRCIA

A reunião do último domingo confirmou a mudança de tom, iniciada nos últimos dias, com que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, defende os cinco anos de mandato para Sarney. "Se a Constituinte decidir que haverá eleição



Moreira Franco

presidencial em 88, nós (os governadores, que se têm constituído na maior força de sustentação do presidente) vamos prestigiar a Assembleia e o PMDB lançará um candidato", disse Quércia, conforme apurou a repórter Adriana Vera e Silva.

O governador gaúcho, Pedro Simon, entretanto, negou que uma das questões levantadas na reunião tivesse sido a eleição direta no próximo ano. "Nem sequer foi cogitada", disse. "E que é que tem de mais cinco governadores se encontrarem?", acrescentou, conforme relato do repórter Guilherme Arruda.

Embora reticente sobre o conteúdo da conversa — "não foi uma reunião feita às pressas e não houve definições. Fizemos apenas uma análise das questões políticas nacionais" —, Quércia disse ter informações de que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte deverá alterar al-

gumas decisões da Comissão de Sistematização, em especial as aprovações do sistema parlamentarista, da estabilidade no emprego e a manutenção de sessenta deputados federais paulistas.

"Recebi informações do deputado Roberto Rollemberg (coordenador da bancada paulista na Câmara Federal) de que o plenário deverá manter o acordo de lideranças que havíamos feito e que aumentava para oitenta o número de deputados de São Paulo", disse ele. Quércia elogiou a aprovação pela Sistematização da reforma tributária, conforme previa o projeto do relator Bernardo Cabral, e

A ofensiva do "centrão" foi discutida no encontro

que era do interesse dos governadores. "Esperamos que essa forma seja regulamentada pelo plenário", comentou o governador.

Sobre o "Centrão", Quércia disse que ele foi analisado, na reunião dos governadores, "de forma diferente de como está sendo visto pela imprensa. Na verdade, não é um grupo de direita, mas de centro. Nossa análise é de que o presidente Sarney não domina esse grupo de parlamentares".

PEDRO SIMON

O governador do Rio

Grande do Sul observou que embora haja governadores do PMDB que são "simpáticos ao 'Centrão' e até estão dando força, antes de mais nada é preciso fortalecer a Constituinte e não se pode aceitar a participação de nenhum movimento que possa desestabilizá-la".

Simon disse que estas reuniões deverão repetir-se com mais frequência e descartou seu aparente caráter reservado. "Se fosse secreta, a reunião não seria realizada no Palácio das Laranjeiras", ironizou.

ARRAES

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, informou que o entendimento dos cinco governadores na reunião é de que é preciso acelerar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para se buscar uma saída que pode vir a ser a convocação de eleições presidenciais para novembro de 1988, mas não avançou sobre se está a favor ou não dessa proposta, alegando que cabe aos constituintes uma decisão a esse respeito.

"Como sempre tenho afirmado", lembrou, "a questão do mandato não é apenas escrever no papel. É preciso ter condições políticas para exercê-lo. Nós desenvolvemos todos os esforços no sentido de

tornar isso uma questão secundária, para que as questões maiores do País fossem colocadas na frente. Vocês são testemunhas da minha insistência neste assunto."

Simon garante que a reunião não teve caráter sigiloso

WALDYR PIRES

Waldyr Pires, governador da Bahia, comentou que os cinco governadores não rediscutiram os termos da "Carta do Rio de Janeiro", documento pelo qual os governadores do PMDB apoiaram publicamente, há três semanas, cinco anos de mandato para Sarney, mas transferiram para a Constituinte a fixação do tempo do mandato presidencial. Interpelado por um repórter, Pires respondeu que até mesmo a tese das eleições diretas em 1988 para Presidência da República foi discutida pelos governadores reunidos com Moreira Franco.

"Tudo foi apreciado, mas a Constituinte é que vai definir o tempo do mandato", disse ele, conforme a Agência Globo.

Preocupação com quadro político

por Cecília Pires de Brasília

Os governadores dos Estados do Rio, Wellington Moreira Franco; de São Paulo, Orestes Quércia; da Bahia, Waldir Pires; de Pernambuco, Miguel Arraes; do Rio Grande do Sul, Pedro Simon; e do Ceará, Tasso Jereissati, reuniram-se domingo à noite no Rio de Janeiro para discutir a conjuntura nacional, concluindo que há um grande vazio de poder no País e um rápido processo de desmantelamento da autoridade, segundo revelou uma liderança do PMDB, depois de conversar com um dos governadores.

O quadro traçado durante o encontro, realizado no Palácio Laranjeiras, foi sombrio. Os governadores concluíram que a autoridade do governo está esgarçada e a estabilidade da administração Sarney foi agravada com a atitude da Autolatina, abrindo um exemplo de "desobediência civil" de conseqüências imprevisíveis. Analisaram, ainda, as divisões do PMDB e a falta de condições do partido em garantir a sustentação do governo.

Constatarem também as ameaças à Constituinte, conseqüentes de um processo constante de ataques

que se pode somar ao quadro de desestabilização das instituições. Com o agravamento da situação, concluíram que cresce na Comissão de Sistematização a tendência de votos em favor de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, sob o regime presidencialista.

Os governadores ainda mandaram um recado às lideranças do PMDB na Constituinte, no sentido de que incorporassem as tendências que se consideram aliadas das votações, como o empresariado, e que tentassem formar uma grande aliança com os liberais de centro e de centro-esquerda para isolar os conservadores de direita.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, foi informado por terceiros da reunião e ligou, no domingo, para o Palácio Laranjeiras, para conversar com o governador Wellington Moreira Franco. As especulações em torno de uma possível candidatura do governador de São Paulo, Orestes Quércia, à sucessão de Sarney, durante a reunião, também foram desmentidas pelo próprio governador a um parlamentar paulista, segundo relato do editor Andrew Greenlees.

As expressões acordo nacional ou pacto político voltaram a tomar conta das

conversas de parlamentares e lideranças na Assembleia Nacional Constituinte, segundo relato do repórter Zanoni Antunes. Segundo um líder do PMDB, é preciso encontrar uma "saída honrosa" para o presidente Sarney, desgastado politicamente, sem base parlamentar e sem apoio popular. A saída honrosa para o presidente, no entender do pemedebista, é um pacto político que permita uma transição sem traumas, e um aceleração dos trabalhos da Constituinte, que pode transformar-se em outro alvo de desestabilização política.

O deputado Jutahy Magalhães Júnior (PMDB-BA) defendeu mais pressão nos trabalhos, como forma de eliminar um dos principais focos de tensão. Jutahy lembrou que as votações na Constituinte polemizaram com setores importantes da sociedade, entre eles os militares e os empresários. O pacto para finalizar a transição também é defendido pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), um dos coordenadores do Movimento de Unidade Progressista (MUP), ala à esquerda do PMDB.

"Se não houver uma negociação já a, tendência da Comissão de Sistematização é votar o parlamentarismo a partir da promulgação da Constituição e eleições para presidente em novembro do ano que vem", disse o senador José Richa (PMDB-PR). A preocupação com uma solução negociada para a transição também foi objeto de uma conversa neste final de semana entre o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli. Eles discutiram a possibilidade de um acordo entre os partidos em torno de uma proposta híbrida entre parlamentarismo e presidencialismo. Marco Maciel e Aureliano Chaves poderiam encontrar-se ainda na noite de ontem ou hoje, procurando soluções para a crise. O senador José Richa discordou desta hipótese e está descrente de uma solução negociada com o Palácio do Planalto. "Estou tentando esta negociação há um ano", disse Richa. "Acho muito difícil que qualquer dos parlamentaristas concorde em votar no presidencialismo", concluiu.

Quem ainda não desistiu de negociar é o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que ontem tentava apurar a tendência da Comissão de

Sistematização em torno do sistema de governo e do mandato para o presidente Sarney, para depois levar os resultados ao presidente da República, procurando uma fórmula de entendimento. Esse entendimento, segundo o parlamentar, teria de passar pelas lideranças do PMDB, pelos governadores e pelo próprio presidente Sarney. Carvalho não quis revelar qual a tendência apurada até o início da noite de ontem, mas a situação de perplexidade entre os parlamentares era grande, com muitos indecisos.

"Por enquanto, estou mantendo o parlamentarismo com cinco anos de mandato", disse ontem o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA).

Cardoso diz que não foi desprestigiado

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, estranhou, mas não se sentiu desprestigiado por não ter sido convidado para a reunião de governadores, no domingo, no Rio de Janeiro, convocada pelo governador Wellington Moreira Franco. Cardoso só tomou conhecimento oficial do encontro ontem de manhã, segundo ele, através de telefonemas do próprio Moreira Franco e do governador de São Paulo, Orestes Quércia.

Para Newton Cardoso, segundo a Agência Globo, o encontro dos governadores do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco foi informal e se deu em razão da presença desses governadores no Rio de Janeiro, devido ao encerramento da Feira da Providência, da qual Minas não participou. Segundo fontes do Palácio da Liberdade, Moreira e Quércia teriam garantido ao governador que a reunião não teve caráter decisório.

Na interpretação de Newton Cardoso, isso quer dizer que nada mudou em relação aos termos da carta-compromisso do Rio de Janeiro, firmada pelos

governadores em 17 de outubro último. Nela, os governadores do PMDB hipotecaram apoio aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e se definiram pelo presidencialismo como sistema de governo, embora reconhecendo a soberania da Constituinte. Isto apesar de ele próprio já ter admitido dificuldades para sustentar os cinco anos para Sarney, em função de pressões dentro do PMDB para eleições presidenciais em 1988.

MARCHEZAN — "Só um fato novo muito importante poderá alterar a tendência irreversível pela realização de eleições presidenciais diretas em 1988." A constatação é do líder do governo Figueiredo na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan (PDS-RS), que retornou ontem de Brasília depois de mais de uma semana mantendo conversações para a formação de um novo partido. Marchezan acha, segundo a Agência Globo, que o grande impedimento para a realização das eleições, a divisão do PMDB, começa a ser removido a partir da reavaliação de alguns governadores do partido.